

## EDITORIAL

### TOCQUEVILLE E ARENDT

Tocqueville e Arendt são dois pensadores que devem parte de seu destaque atual à ruína dos projetos políticos daquela substancial fração (talvez majoritária) da esquerda que reivindicou o marxismo como sua referência fundadora. Embora o pensamento de Marx não tenha morrido com a queda do Muro de Berlim, seria irresponsável negar qualquer responsabilidade sua pelo socialismo real. Seria tão ilegítimo intelectualmente quanto recusar qualquer vínculo entre Locke e os regimes que se disseram liberais, por exemplo. Mas acontece. Acontece, efetivamente, que se adote um critério numa direção e outro, noutra – isto é, que se condene Marx pelo comunismo enquanto se isenta Locke da desigualdade liberal ou vice-versa; mas ambas as isenções são erradas, assim como seria errado identificar *completamente* qualquer pensamento poderoso com os políticos que o invocaram. Na verdade, o que teríamos de fazer, e que tenho procurado fazer de algum modo, é aferir que grau de vínculo cada pensador da política pode ter com um tipo de prática do mesmo campo. Hobbes, por exemplo, jamais gerou políticos que se dissessem hobbesianos. Rousseau, por sua vez, teve muitos que se disseram seus discípulos. Maquiavel, para completar a trinca dos grandes filósofos modernos da política que mantêm o vínculo mais problemático com os partidos e com a fortuna prática <sup>1</sup>, não contou talvez com ninguém razoavelmente equilibrado que se afirmasse seu discípulo, mas houve multidões de políticos acusados de sê-lo; em outras palavras, Hobbes ficou na primeira pessoa do singular (um pensamento só dele), Rousseau expandiu-se para o plural da primeira pessoa, havendo vários ou muitos que evocam o seu nome, enquanto Maquiavel ficou relegado à terceira pessoa – aquela de quem se fala ou, como comentei em outro lugar, de quem se fala *mal* <sup>2</sup>.

---

1 Proponho este conceito de “fortuna prática” para distingui-la da fortuna crítica, que é o destino dado, a um autor, pela leitura. A fortuna prática seria o destino a ele conferido pela ação política concreta de homens, grupos, partidos.

2 *Ao leitor sem medo*, cap. 7.

No vazio gerado pela ruína do comunismo, o recurso a pensadores que antes haviam sido desdenhados tornou-se mais corrente. Por ruína do comunismo, não penso apenas na queda física do muro de Berlim e, dois anos depois, da União Soviética. Penso na ruína de sua aspiração a encarnar o grande projeto de emancipação da humanidade. Esse fracasso anuncia-se antes e, em alguns casos, bem antes, de 1989-91. Decepções com Moscou vêm desde o começo dos anos 20 e vão num crescendo, gerando uma farta e bela literatura, ainda hoje empolgante apesar dos horrores que narra, tendo alguns de seus momentos altos em Anton Ciliga, Victor Serge e Alexandr Soljenitsin. Mas o comunismo conhece uma nova vida, após o stalinismo, com os movimentos de libertação nacional que apóia. A independência dos países colonizados, a adoção por muitos deles de uma tecnologia social soviética, as revoluções que cobrem o período de 1945 a 1980 – Indochina, Argélia, Cuba, os países africanos de língua portuguesa e, por fim, a Nicarágua – confere ao comunismo uma dignidade internacional que contrasta com as indignidades que ele comete no interior dos países que governa. São revoltas de massa as que contam com sua sustentação, aquelas em que está na ordem do dia a liberdade positiva de que fala (mal, mais uma vez) Isaiah Berlin. Mas, quando está em jogo a liberdade negativa, aquela que Benjamin Constant chamou de moderna e que consiste na liberdade de cada um em face do Estado ou (acrescentemos, para dar um toque lockiano) em face do capricho de qualquer um de nossos semelhantes, o balanço comunista é dos piores. O problema, de todo modo - permitam-nos esses grandes liberais que foram Constant e Berlin -, é que uma liberdade se sustenta mal sem a outra. Sem a liberdade negativa, sem o direito do indivíduo a clamar contra a maioria, como serão legítimas as decisões desta última – como saberemos, sequer, que foi ela que decidiu, e não um pequeno grupo, a manipulá-la habilmente? Sem a liberdade afirmativa, sem os direitos sociais que ela traz em seu bojo, como ter certeza de que cada um escapa do capricho alheio ou da prepotência estatal? <sup>3</sup>

Mesmo assim, o fato é que uma legitimidade se conferiu ao comunismo em nome de seu apoio aos deserdados da Terra, não os operários em quem pensava Marx, explorados pelo capitalismo nos países mais desenvolvidos, mas os seus dejetos, aqueles que ficavam nos rincões mais afastados

---

3 Na verdade, pelo menos Constant tem plena consciência disso e, no final de sua célebre conferência de 1819 sobre a liberdade dos modernos, diz que o perigo desta reside na possível indiferença dos cidadãos à coisa pública.

e humilhados. O comunismo teve muito a dizer aos humilhados e ofendidos. Pouco tinha a oferecer a quem superasse certo patamar de dignidade. Se aos primeiros, ele oferecia um pouco de dignidade (em alguns casos, grande: no caso dos países em que o comunismo veio junto com uma revolução própria e não nos furgões do Exército Vermelho – Iugoslávia, Vietnã, Cuba, China), aos segundos, ele retirava a dignidade que tivessem. Mas, em nome dos primeiros, o marxismo aplicado conservou cartas de nobreza por um tempo razoável – até que as revoluções cessaram de definir o acontecer histórico, pelo final dos anos 70, encerrando quase duzentos anos em que funcionaram como o paradigma da história.

É com esse fechamento do empreendimento que, de comunista, converteu-se em stalinista e depois em brejneviano, ou seja, em nada, que se abre espaço, no pensamento que ainda se quer de esquerda, mas que tem capacidade intelectual e ética para olhar o que acontece, para esse grande pensador do passado e essa notável pensadora do presente que são Tocqueville e Arendt. Meio século atrás, eles estariam fora do horizonte da esquerda. Hoje, com eles esta dialoga. Vários dos autores que estão neste livro se sentiriam desconfortáveis se fossem excluídos do horizonte da esquerda, por ela entendendo, como Bobbio, a posição política que defende a liberdade e também a igualdade <sup>4</sup> ou, como sustento, a grande proposta de uma vida de maior qualidade, algo como a emancipação do gênero humano do reino das coerções. Esta é uma grande chance para quem defende a democracia. Por mais que possamos discordar destes dois filósofos, eles são referência necessária para superar uma série de problemas que surgiram no mundo da esquerda. De algum destes, tratarei agora.

O primeiro diz respeito ao apego que gerou os piores resultados na política e que muitos da esquerda conservam. Uma coisa é condenar a invasão norte-americana do Iraque por várias razões (1- os Estados Unidos não têm legitimidade para definir os regimes de outros países; 2- mentiu-se ao se dizer que Saddam Hussein tinha armas de destruição maciça; 3- mentiu-se ao acusar-se Saddam de aliança com a Al Qaeda; 4- pretendeu-se pôr a mão nas riquezas iraquianas em petróleo; 5- não se planejou nada para o

---

<sup>4</sup> Bobbio diz, em suma: as extremas direita e esquerda se caracterizam pela recusa da liberdade. A direita (não a extrema) se distingue pela defesa da liberdade, mas não da igualdade. A esquerda (não a extrema) se define pela defesa da liberdade e também da igualdade. – Com esta distinção, ele permite ver a esquerda como sustentado *algo mais* que a direita e não, como querem os liberais na esteira de Tocqueville, algo *diferente e oposto*. Substitui então a oposição liberdade-igualdade pela possibilidade de sua junção.

futuro democrático do Iraque, deixando-se o país desfazer-se em guerras intestinas); outra é defender o ditador deposto como se ele tivesse alguma legitimidade para governar seu país pela crueldade e pela injustiça. Uma coisa é ver os maus efeitos da ocupação do Afeganistão, outra é defender que os talibans continuassem no poder. Em suma, parte do legado comunista ou “de esquerda” consiste, hoje, em defender os piores macro-criminosos (Saddam, Milosevic e outros), pela prática das ações mais odiosas (saneamento étnico, genocídio, invasão de outros povos), usando argumentos que não são nem democráticos nem de esquerda (o mais freqüente deles é o respeito à soberania nacional, a não ingerência nos assuntos internos de outros países).

Fique claro que nenhum democrata pode defender a soberania nacional se ela não emanar do exercício da soberania popular, e que esta última somente se manifesta em algumas condições que incluem a liberdade de divergência, a de expressão, a de propaganda e, ainda, eleições livres. Todas essas condições, somadas, ainda não asseguram que o povo tenha dito sua palavra: eis a crítica que se pode dirigir às democracias “burguesas”. Mas a falta de qualquer desses elementos atesta, sem sombra de dúvida, que não há democracia, e, por conseguinte, que aquele que manda num país, ou fala em nome deste, usurpa sua autoridade. Disso se segue, aliás, uma das grandes questões de nosso tempo: o vazio jurídico em torno do mando nos países não democráticos. Bush não tinha credenciais para invadir o Iraque, afirmei. Mas Saddam não tinha o direito de governar o Iraque, também disse. Quem então tinha autoridade legítima no Iraque? A consequência é: ninguém. Como esse lugar poderia ou deveria ser preenchido? Não sei. Ou melhor, posso até dizer que sei: deveria ser preenchido por um poder que emanasse do povo; mas como ele emanaria?

Parece haver somente duas saídas. A primeira é a revolução; e esta traz o problema, visível hoje, de que as unanimidades ou maiorias esmagadoras que aparecem nos dias de revolução às vezes não passam do fato de que os mais falantes, os mais empolgados, os mais organizados, às vezes os mais cruéis ocupam a cena <sup>5</sup>, enquanto outros – mais numerosos – dela se ausentam. Uma revolução não expressa necessariamente a vontade lídima do povo. Esse fato, ou melhor, a possível consciência crescente desse fato talvez desempenhe algum papel no esvaziamento contemporâneo das

---

<sup>5</sup> Veja-se o recém-reeditado *A savage war of peace: Algeria 1954-1962*, excelente história da guerra da Argélia escrita por Alistair Horne.

revoluções; maio de 1968, que parecia prefigurar uma onda de novas revoluções, ou uma nova onda de revoluções, foi ponto de partida de muitas mudanças, mas – ao contrário do que imaginavam seus protagonistas – sobretudo da exclusão da revolução convencional, substituída por mudanças nos costumes.

A segunda saída é uma intervenção externa, decretada pelas Nações Unidas, para criar uma democracia. As experiências nesse sentido são poucas e, quase todas, malfadadas: Somália, Kosovo, Timor. Uma fotografia sintetiza o fracasso da maior parte: uma multidão de somalis invade o campo abandonado pelas tropas ocidentais de ocupação, que estão deixando o país; vê-se que vários somalis carregam vasos sanitários; a legenda (do *Guardian*) explica que só naquele pequeno espaço, em todo o país, havia esgoto; a latrina, portanto, não servirá em outro lugar, e o que ela faz é simbolizar o fracasso monumental do empreendimento internacional de resolução de um conflito travado em meio à pobreza extrema.

Não há, além disso, legislação no sentido das intervenções ditas humanitárias ou para mudança de regime. Cada caso é um caso. A ONU apoiou a restauração de Timor, ou sua instituição como país. A OTAN convalidou o fim do domínio sérvio sobre o Kosovo, e, na época, houve pensadores e políticos que cogitaram uma regulamentação desse tipo de intervenção. Já a invasão do Iraque não teve apoio de nenhum fórum internacional. Por isso, voltando à pergunta de como o vazio da soberania deveria ser preenchido, a resposta é: sobre essa questão, para, hoje, um vazio teórico e prático.

Mas, com isso, afastei-me um tanto da apresentação; ou melhor, vali-me dela para suscitar uma – outra – questão importante e atual que me leva, agora, a concluir. O fato é que os valores democráticos, tão bem vislumbrados e analisados por Tocqueville, tão bem defendidos por Arendt, hoje alcançam um apoio bem maior do que algumas décadas atrás. Nunca respiramos, tanto, a democracia. Não a democracia realizada, que talvez nunca exista, mas pelo menos a democracia sonhada, ansiada. No entanto, há problemas muito sérios na sua realização e mesmo na sua definição. Que não haja acordo sobre ela talvez seja, na verdade, democrático; mas que seja tão difícil ela vir à luz, eis um problema que merece nossa reflexão – e nossa ação.

*Renato Janine Ribeiro, USP/CNPq-Fapesp  
Brasília, 2 de abril de 2007.*